

**ATA N.º 8/2012
DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS,
REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2012**

-----Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, JÚLIO JOÃO CARREIRA VIEIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, ANABELA DOS SANTOS MARTINS, LUÍS MANUEL COELHO DE ALMEIDA, RITA ALEXANDRA SACRAMENTO ROSA CEREJO E FERNANDO MANUEL DE CARVALHO OLIVEIRA MONTEIRO. -----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----**APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**
– Após análise da ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada na sua redação final. -----

FINANÇAS MUNICIPAIS

-----**TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria. -----

-----**MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS: 3.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2012** – Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CONTAS RELATIVAMENTE AO ANO DE 2011**
– Tendo tomado a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, João Salgueiro, para dizer que o documento apresentado reflete a execução orçamental de 2011, com o desejo que no final de 2012, a autarquia se encontre em condições análogas. O Município de Porto de Mós pode-se orgulhar da situação económica que tem neste momento, não sendo excelente mas tem os seus compromissos em dia, tem vindo a fazer obras, logo não foi gerado à custa da redução destas que a autarquia equilibrou as contas. Referiu ainda que os resultados são bons, o que coloca a câmara nos primeiros lugares a nível nacional em termos de resultados, nomeadamente em termos de condições de pagamento, o que leva a que os empreiteiros queiram concorrer à Câmara, pois sabem que a autarquia paga bem e inclusivamente os preços apresentados veem com valores muito mais competitivos. -----

-----Tendo de seguida tomado a palavra o Sr. Vereador Albino Januário referindo que na sua intervenção fará algumas notas do relatório de gestão, as que lhe parecem mais significativas. A primeira referencia feita vai para a análise do número de alterações ao orçamento, que revela que se iniciou o ano de 2008 com sete modificações e esse número manteve-se mais ou menos estável com pequenas oscilações, o que significa que há controlo e estabilidade na gestão do orçamento. Destacou também as taxas de execução orçamental, verificando-se que nos últimos três anos ouve uma melhoria, resultado das contas estarem mais consolidadas e ajustadas à realidade, o que deu lugar a desvios de menor valor do que os verificados em anos anteriores. No ano 2009 a taxa de execução foi de 63,61%, em 2010 67,22% e em 2011 registou uma subida para 75,5 % .-----

-----Na página 11 do relatório de gestão destacou a evolução da receita por natureza verificando-se uma quebra significativa nas taxas, multas e outras penalidades, em qualquer dos

dois anos anteriores, 16,8 % e 9,73%, estas variações tem por base valores não muito significativos contudo a tendência é claramente de descida. As transferências de capital tem um valor bastante positivo que está correlacionada com os investimentos efetuados e as transferências que vem dos apoios do QREN relativamente às obras que tem financiamento. Contudo acrescentou que este valor ao subir leva a que também a autarquia disponha de mais capitais próprios, todos estes investimentos tem uma componente significativa na ordem dos 40% de capitais próprios. -----

-----Na página 15 o Sr. Vereador Albino Januário referiu a evolução da despesa corrente. O resultado do esforço que a autarquia tem empreendido ao longo destes últimos anos na contenção/redução da despesa corrente não produz tanto efeito quanto o que a autarquia desejava porque intervêm entidades que nos fornecem e na qual a autarquia não tem poder de controlo. ----

-----Nas despesas com pessoal assistiu-se a uma redução relativamente ao ano de 2010, e um pequeno aumento relativamente a 2009. -----

-----A aquisição de bens e serviços teve um acréscimo devido sobretudo às contas dos municípios serem elaboradas sobre a ótica de caixa, o que significa que são consideradas quando são pagas, não são consideradas quando são consumidas e quanto mais capacidade os municípios tem para pagar, mais sobe a despesa. -----

-----Na pagina 16 destacou um quadro que entende lhe vem dar razão, ou seja, à entidades estratégicas que impedem qualquer tipo de esforço que se possa fazer no sentido da redução da despesa. Acrescenta que inclusive já referiu na Assembleia Municipal, e é verdade, que esta câmara e muitas outras, tem cerca de 60 a 65 % na sua despesa corrente que simplesmente não controla, não tem forma de a reduzir ou dominar, como é o caso da SUMA, EDP, VALORLIS, SIMIS, Serviço de refeições, Rodoviária do Tejo, etc.. Entende ter que haver um esforço da Câmara no sentido de fazer reduzir os serviços que estão adjudicados a estas empresas. ---

-----Quanto à água, saneamento e resíduos sólidos são três tipos de despesa que absorvem grandes quantidades de capitais e que a autarquia fatura pouco, faturou-se abaixo do seu preço de custo e isso está revelado no quadro apresentado na página 17 do relatório. A receita no setor da água foi de cerca de um milhão e oitenta e seis mil euros, do saneamento apenas cento e cinquenta e quatro mil euros, dos resíduos sólidos (tratamento dos lixos) quatrocentos e sessenta e oito mil euros. No que se refere à despesa foi paga e calculada pela câmara em cerca quatro milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros, que perfaz um diferencial / défice destes três setores, o chamado custo social, que ascende em cerca de dois milhões seiscentos e setenta e seis mil euros. -----

-----Referiu ainda que as despesas de capital evoluíram muito favoravelmente, em 2009 foram investidos cerca de seis milhões duzentos e quarenta e um mil euros, em 2010 seis milhões trezentos e sessenta mil euros, e em 2011 sete milhões trezentos e trinta e três mil euros, ou seja, houve aumentos muito significativos de ano para ano.-----

-----No que toca ao efetivo de pessoal verifica-se uma redução de 12 trabalhadores. Em relação ao absentismo ainda se mantém em valores muito elevados. -----

-----Na página 25 do relatório destacou o quadro de despesas e receitas na área educativa, que revela uma situação que lhe parece acima daquilo que a câmara terá condições de continuar a suportar, ainda assim diminuiu em relação ao ano de 2010, ou seja, a parte do custo líquido da câmara diminuiu de novecentos e quatro mil euros para setecentos e doze mil euros, mas ainda assim é um valor bastante alto. -----

-----Na página 27 está evidenciada a evolução da dívida, tendo-se verificado uma redução de cerca de novecentos mil euros relativamente ao ano anterior. Verificou-se uma ligeira subida nos empréstimos a médio e longo prazo, precisamente pela utilização de empréstimos contraídos em 2008, de 2008 para cá não se contraiu mais nenhum empréstimo. A dívida de curto prazo desceu bastante, pelo que liberta meios para responder a compromissos mais imediatos e gera liquidez. Isso mesmo pode ser visto no quadro dos limites de endividamento. A capacidade de endividamento a 31 de dezembro face à lei atual situou-se em quatro milhões e setecentos e vinte mil euros e o que se registou foi de quatro milhões trezentos

e trinta e cinco mil euros, o que quer dizer que há uma folga de cerca de trezentos e oitenta e cinco mil euros. -----

-----De seguida o Sr. Vereador Albino Januário evidenciou os rácios que entende serem importantes. Destacou o rácio do endividamento, as dívidas a terceiros sejam elas de curto, médio ou longo prazo, a dividir pelo ativo fixo mais o ativo circulante, ou seja, a dividir por tudo aquilo que a Câmara em teoria ou supostamente podia realizar ou converter para fazer dinheiro do dia seguinte, significa apenas 12,35%, e esse valor tem diminuído progressivamente, desde 2009. No seu ponto de vista as finanças da câmara tem-se consolidado, a sustentação do futuro tem sido cada vez maior como se vê pelos rácios apresentados. -----

-----Na página 30 temos um quadro que procura resumir o prazo médio de pagamento a fornecedores, que tem haver com prazos de tesouraria, com liquidez, com capacidade de pagar etc., resulta de toda a gestão que esta para trás e esse é um desempenho extremamente favorável. Em 2009 esse prazo médio foi de 96 dias, em 2010 foi de 53 dias e em 2011 de 19 dias. Acrescentou de que estes não são mais do que dados, este último reportado a uma data 31 de dezembro de 2011, e que vai evoluir porque a Câmara continua a executar obras, sendo que uma delas de grande montante por ora não tem apoio financeiro, nem apoio bancário nem financiamento do estado, ou cofinanciamento do estado e isso deixa-o um pouco preocupado porque é uma obra grande, o que leva a ser construída com capitais do município e portanto ou é paga ou fica em dívida e ficando em dívida este prazo é muito natural que se venha a dilatar neste ano de 2012 e 2013. -----

-----Na página 33 do relatório o Sr. Vereador Albino Januário destacou os rácios que demonstram um conjunto de indicadores de atividades e entende existirem excelentes indicadores, por exemplo o primeiro indicador da receita total sobre a despesa total. O rácio das despesas correntes sobre as receitas correntes tem subido e vai continuar a subir, porque o ano passado recebeu-se menos trezentos e dezoito mil euros em transferências correntes, o que está aqui a provocar esse agravamento, e é intenção do governo continuar a cortar o que se poderá refletir na subida do mesmo. -----

-----Em relação ao rácio despesas correntes sobre despesas totais continua a situar-se em valores que entende serem bons, situou-se em 62,3%. -----

-----Na página 34 está refletido o balanço, e o balanço revela tudo aquilo que se tem dito, o ativo passa para quarenta e quatro milhões e novecentos mil euros, para cinquenta milhões cento e cinquenta e três mil euros, os fundos próprios passam de trinta milhões seiscentos e trinta e quatro mil euros para trinta e três milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros. O passivo não elegível sobe por razões que estão explicadas no quadro a seguir, quando se faz investimentos financiados pelo estado e se esses investimentos são objetos de amortizações no final do ano tem que haver compensações nas amortizações de uma maneira proporcional em relação ao valor recebido do Estado. O que interessa reter é que esse valor vai sendo elevado nos próximos anos, durante o tempo que durarem as amortizações, objeto desse apoio. -----

-----Na página 35 são apresentados os resultados, ou seja, o resultado do desempenho de toda aquela gestão que foi feita e mais uma vez baixou ligeiramente, mas ainda assim se verifica o resultado de um milhão, quinhentos e vinte e um mil euros, o que é muitíssimo bom, e baixou ligeiramente aqui muito por efeito dos cerca de trezentos e vinte mil euros que a autarquia recebeu a menos das transferências correntes. -----

-----Acrescentou que os indicadores económico-financeiros, evoluíram de uma maneira muito boa. O índice de insolvência de dívidas a terceiros, ou seja todas as dívidas sobre o ativo total, desceram e de que maneira, ou seja, não há risco, em 2009 significavam 19,13%, em 2010 15,36% e em 2010 significaram 11,98%. O índice de autonomia também melhorou. -----

-----Tomou a palavra o Sr. Vereador Luís Almeida, para fazer uma análise à prestação de contas. Referiu que as contas estão bem apresentadas sem oferecer dúvidas, reforçando que em termos contabilísticos não há nada a dizer, no entanto analisando o relatório de prestações de contas, há situações que entende merecerem alguns comentários e retificações de alguns quadros. Numa primeira análise verifica-se que o ano de 2011 foi muito positivo, para a câmara de Porto de Mós e acima de tudo foi um ano que ofereceu ao executivo camarário uma forma de

poder trabalhar de forma segura e consistente, e ao ser-lhe dada uma ajuda financeira relevante lhes deu a possibilidade de chegar a estes números.-----

-----Começando pela página 9 onde está a execução da receita, verificou que a mesma deu no ano de 2011 um suporte de trabalho ao executivo camarário. Refere-se às receitas cobradas em 2011, que pensou serem mais baixas do que as receitas cobradas em 2010, face à crise que se está a viver.-----

-----No entanto, verifica-se que existem receitas que acabaram por melhorar os movimentos de 2010, os impostos diretos sobem cerca de dois milhões e seiscentos mil euros para dois milhões e oitocentos mil euros, ou seja, verifica-se um aumento de duzentos mil euros.-----

-----Os rendimentos das propriedades sobem de novecentos e trinta e seis mil euros para um milhão e cem mil euros, mais duzentos mil euros de receita acima daquela que aconteceu o ano passado. Nas transferências de capital, na qual o Sr. Vereador Albino referiu que o aumento se deveu aos apoios QREN.-----

-----Se se tiver presente que a receita do QREN, foi de três milhões e quinhentos e vinte e oito mil euros e se se tiver presente que o executivo utilizou em empréstimos de médio e longo prazo no montante de seiscentos e sessenta e sete mil euros, na qual teve uma receita que não é normal todos os anos, de quatro milhões cento e noventa e cinco mil euros, verifica-se que 21 % das receitas do ano são receitas, que não sendo extraordinárias, nem todos os anos elas acontecem, e por isso a taxa de execução de 2010 para 2011 sobe na casa dos 6%.-----

-----As despesas correntes situaram-se na casa dos 62% e mantiveram-se no que tem sido o resultado desta câmara.-----

-----Na página 10 verifica-se que a poupança corrente cifrou-se na casa dos 11,38 %, nas em 2010 ela foi de 18,35 %, houve um decréscimo significativo na despesa corrente.-----

-----Na página 17 do relatório e em relação à água, saneamento e resíduos sólidos, referiu que se verificava uma quebra acentuada do custo social. Verificou-se que em 2011 este custo social foi de dois milhões seiscentos e setenta e seis mil euros, e em 2010 foi de três milhões novecentos e noventa e dois mil euros, ou seja o executivo teve uma benesse de um milhão trezentos e dezasseis mil euros, resultando em mais uma ajuda para poder conduzir todo o processo do ano de 2011. Salientou ainda que do seu ponto de vista as percentagens apresentadas estão erradas, se a câmara teve um total de receita de um milhão setecentos e oito mil euros, um total de despesas de quatro milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros, então o custo social rondou os dois milhões seiscentos e setenta e sete mil euros. Neste sentido entende que o custo suportado pelo município rondou os 61%, quando o relatório fala em 156%. Na sua opinião houve um lapso porque as contas foram feitas sobre a receita e não sobre a despesa.-----

-----Salientou na página 23 os custos com o pessoal, na qual questionou as remunerações certas e permanentes, na qual está uma rubrica com pessoal em qualquer outra situação, verificando-se que em 2009 o custo foi de vinte e um mil euros, em 2010 foi de cinquenta e nove mil euros e em 2011 foi de cento e quatro mil euros, verificando-se aumentos na casa dos 100% de 2009 para 2011.-----

-----Na página 25 do relatório referente a despesas e receitas na área educativa, o que lhe realça à vista é o quadro, não as contas, mas com a demonstração que se afigura completamente desfasado, em relação aos valores apresentados em 2009 e 2010.-----

-----Na página 27 está evidenciada a evolução da dívida a terceiros, sendo que há duas situações que os vereadores do PSD gostariam de realçar. A primeira situação é que os empréstimos de médio e longo prazo tem no ano de 2011 um aumento de seiscentos e sessenta e sete mil euros, logo a Câmara acabou por contrair mais um encargo. Isto para referir que se agarrássemos nos valores de 2010 e lhe aumentássemos esse financiamento que foi feito no ano de 2011, não teríamos um aumento de 10,78 %, mas sim um aumento de 17%. De notar que o valor da dívida de médio e longo prazo cai para quatro milhões trezentos e oito mil euros, ou seja, esta rubrica em vez de aumentar seiscentos e setenta e sete mil euros, aumenta quatrocentos e vinte mil euros, porque o executivo pagou durante o ano empréstimos no montante de duzentos e quarenta e oito mil euros. Houve efetivamente uma diferença líquida entre o financiamento efetuado e o financiamento liquidado de 10,78 %, este aumento continua a dever-se á utilização dos dois últimos empréstimos contraídos.-----

-----Quanto à dívida total referiu que do ano 2010 para 2011 há na globalidade um decréscimo de 13% na dívida do município, ou seja, foram pagos oitocentos e noventa e sete mil euros de passivo da empresa, tendo em atenção que foi um ano fortemente consolidado com despesas que não são habituais, nem normais durante todos os anos, se se tiver presente um financiamento de seiscentos e sessenta e sete mil euros no ano 2011, na qual baixamos o passivo do município em novecentos mil euros, não estamos assim num estado de graça como se pensava efetivamente. -----

-----No que se refere aos Limites de endividamento do município referiu que se o limite era de quatro milhões setecentos e dezanove mil euros, e em 2011 registou-se quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil euros, então o município ainda se poderia endividar em trezentos e oitenta e quatro mil euros. Contudo se se tiver presente que no ano de 2011 foram pagos de amortizações duzentos e quarenta e oito mil euros, então poderemos referir foram as amortizações de 2011 que fizeram com que se ficasse com uma folga. -----

-----No que se refere aos prazos de pagamento, evidenciados na página 30 do relatório, referiu que não foi capaz de atingir a dívida a fornecedores referida não tendo conseguido atingir os valores apresentados. -----

-----Relativamente às Grandes Opções do Plano, referiu que se verificou um grau de execução na casa dos 60 %, o que demonstra a opção do executivo, na qual efetivamente pensou em fazer mas depois acabou por executar mais numas rubricas e menos para outras. Neste sentido o Sr. Vereador Luís Almeida focou duas questões, o saneamento que é o que mais o preocupa no concelho de Porto de Mós, entende que se deveria de fazer um esforço maior do que aquele que tem sido feito. Outra rubrica que também chamou a atenção foi o abastecimento de água que tinha um valor inicial estipulado de oitocentos e vinte e dois mil euros e só foram concretizados duzentos e sessenta e três mil euros. Entende assim que as grandes necessidades do concelho continuam a ser adiadas pela fórmula como os números aqui são apresentados. -----

-----Quanto ao balanço, na página 34, referiu que o ativo líquido atingiu os cinquenta milhões cento e cinquenta e três mil euros, na qual o património/imóveis acabou por ser reconhecido no balanço como é o caso do registo das escolas e outros bens em 2011. -----

-----Na demonstração de resultados o resultado financeiro é negativo o que é normal, apresentando-se mais negativo do que em 2010 em cerca de trinta mil euros. -----

-----Por último concluiu a sua intervenção destacando na página 38 do relatório os rendimentos do município. Verificou-se que os rendimentos com a EDP subiram substancialmente, assim como os do Parque Eólico face a 2010. -----

-----O Senhor Vice-presidente Albino Januário usou a palavra para prestar esclarecimentos referentes às questões levantadas pelo Sr. Vereador Luís Almeida. -----

-----De seguida interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que não pretendia alongar-se mais neste assunto, pois as explicações dadas pelo Sr. Vereador Albino Januário e o Sr. Vereadores Luís Almeida foram muito completas. Querendo só referir algumas questões que lhe parecem básicas. Uma delas prende-se com a evolução da dívida, referindo que nestes últimos três meses tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal ouviu dizer que a câmara não devia nada a ninguém, pelos números já apresentados no documento a dívida de curto prazo baixou e a dívida de médio e longo prazo aumentou, por isso não entende como se continua a afirmar que a câmara não deve nada, quando por pouco, com mais algum investimento fica no limite do endividamento. -----

-----Refere ainda que consultados os documentos verifica-se que em 2009 a dívida era de cerca de oito milhões de euros, sendo considerada uma situação boa para a Autarquia, em 2010 reduziu para seis milhões novecentos e três mil euros, continuando a ter uma situação boa, em 2011 reduziu para seis milhões e seis mil euros, continuando a ser uma situação boa. Se se analisar o ano 2005 a dívida da câmara era certa de quatro milhões, tendo os vereadores do PS referido que era de seis milhões estando a câmara na falência. Para concluir referiu que a dívida da câmara, tirando um ou outro ano, sempre foi uma dívida sustentável. -----

-----Referiu ainda que em relação aos quadros referidos pelo Sr. Vereador Albino Januário na página 25 e 17 do relatório, os mesmos já em 2010 apresentaram incongruências das quais pediu esclarecimentos tendo ficado, após os esclarecimentos com as mesmas dúvidas,

porque os quadros nunca apresentam valores consistentes. Referiu ainda que sendo Porto de Mós um concelho que produz a água que se consome, com algumas exceções nomeadamente o caso de Alqueidão da Serra e Mira de Aire, não percebe como é possível ter uma dívida de água no valor atrás mencionado

O Senhor Presidente usou da palavra para elucidar o Sr. Vereador Júlio Vieira, referindo alguns factos reais referentes a perdas significativas de água principalmente quando não se dá pelas ruturas em tempo útil.

Colocada a votação a **“APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO, A PRECISAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CONTAS RELATIVAMENTE AO ANO DE 2011”**, foi deliberado aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata.

DECLARAÇÃO DE TODOS OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – Deliberado tomar conhecimento e submeter à Assembleia Municipal.

DECLARAÇÃO DOS RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO A 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – Deliberado tomar conhecimento e submeter à Assembleia Municipal.

DECLARAÇÃO DE TODOS OS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – Deliberado tomar conhecimento e submeter à Assembleia Municipal.

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR AOS CLUBES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – Presente uma informação do Vereador do Desporto, Fernando Monteiro, no seguinte teor:

“De acordo com o regulamento Municipal de apoio ao Associativismo nomeadamente do art.º 1 ao art.º 12. e verificados os demais procedimentos, proponho a atribuição do valor total às seguintes associações (ver quadro anexo).

Neste sentido os pagamentos serão efetuados conforme o regulamento Municipal de apoio ao Associativismo e artigos acima indicados.

Deixo à consideração de V. Ex.ª.”

Deliberado atribuir os apoios financeiros propostos e aprovar os protocolos conjuntos com as entidades a apoiar.

Mais foi deliberado autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar os protocolos.

DEVIDO À URGÊNCIA, FOI DELIBERADO DISCUTIR OS SEGUINTESS ASSUNTOS:

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR AO CLUBE DESPORTIVO RIBEIRENSE – Presente uma informação do Senhor Vereador do Desporto, Fernando Monteiro, no seguinte teor:

“No passado dia 31 de março e 1 de abril de 2012, foi organizado pelo Clube Desportivo Ribeirense, apoiado pela C.M. de Porto de Mós e a Federação Portuguesa de

Ciclismo a prova internacional de Downhill “Taça de Portugal”, prova esta com grande interesse desportivo e cultural para o nosso Município, com cobertura mediática a nível nacional e internacional. -----

-----Considerando o acima exposto assim como o previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no seu capítulo IV, art. 19,20 e 21, proponho um apoio de €2.000,00 a fim de coadjuvar nas várias despesas suportadas pelo Clube pela organização da prova acima referenciada. -----

-----Deixo à consideração de V.Exa.” -----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de dois mil euros, mediante celebração de protocolo conjunto. -----

-----Mais foi deliberado aprovar o protocolo e autorizar o Presidente da Câmara a outorgar o mesmo. -----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CUMEIRENSE** – Presente uma informação do Senhor Vereador do Desporto, Fernando Monteiro, no seguinte teor: -----

-----“Foi recebida nesta Câmara Municipal, no passado mês de janeiro, uma exposição da Associação Recreativa Cumeirense, que anexo, solicitando um apoio financeiro previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo nomeadamente do capítulo IV art. 19,20 e 21, para a realização de uma prova de atletismo “Cross da Laminha”. Esta prova realizou-se na data de 15 de janeiro deste ano, promovida por esta Associação. -----

-----Proponho a atribuição financeira de €500,00 para a realização da mesma. -----

-----Deixo à consideração de V.Exa.” -----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de quinhentos euros, mediante celebração de protocolo conjunto. -----

-----Mais foi deliberado aprovar o protocolo e autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar o mesmo. -----

-----Não tomou parte da deliberação o Senhor Vereador Luís Almeida que se ausentou da sala. -----

-----**REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA – REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO – APRECIACÃO EM SEDE DE GRUPO DE TRABALHO – SOCIEDADE AGRO TURISMO DA MANDANHA, LDA., RUA DAS QUINTAS, 44 – QUINTA CASAL DA CAPELA - CORREDOURA** – Presente um ofício da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro a solicitar a nomeação de um representante da Câmara com vista à elaboração da proposta de decisão sobre o pedido de regularização referente à atividade pecuária acima identificado, bem como a emissão de parecer. -----

-----Deliberado emitir parecer favorável e nomear o Dr. Pedro Cavaca Caetano como representante da Câmara Municipal de Porto de Mós. -----

-----**REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA – REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO - APRECIACÃO EM SEDE DE GRUPO DE TRABALHO – JOAQUIM ANTÓNIO RODRIGUES COELHO, RUA DE S. PEDRO, N.º58, CASTANHEIRO – TOJAL** – Presente um ofício da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro a solicitar a nomeação de um representante da Câmara com vista à elaboração da proposta de decisão sobre o pedido de regularização referente à atividade pecuária acima identificado, bem como a emissão de parecer. -----

-----Deliberado emitir parecer favorável e nomear o Dr. Pedro Cavaca Caetano como representante da Câmara Municipal de Porto de Mós. -----

-----**TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS PARA A UAC – AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS HISTÓRICOS DE LEIRIA, BATALHA E PORTO DE MÓS** – Presente uma informação do Vereador com o Pelouro das Finanças, Senhor Albino Januário, no seguinte teor: -----

-----“A Agência para a Promoção e Desenvolvimento dos Centros Históricos de Leiria, Batalha e Porto de Mós, foi constituída pelas Autarquias que lhe deram o nome em 2007.-----

-----Nos termos da escritura de constituição, as partes envolvidas ficaram obrigadas a transferir para os cofres da Agência “fundos associativos” no montante anual de 5.000,00 € cada. Cabe ainda aos referidos Municípios a responsabilidade de suportar os encargos que se mostrarem devidos e necessários ao funcionamento da Agência.-----

-----Assim, proponho que o Executivo Municipal delibere pela transferência de fundos no montante de 10.000,00 (dez mil) euros, para os cofres da Agência, ou seja 5.000,00€ a título de “Fundos Associativos 2012” e 5.000,00€ para custos de funcionamento de que a Entidade carece, conforme deliberação tomada em reunião de 05.03.2012 (ponto 1), de cuja ata se junta cópia.-----

-----À consideração do Executivo.”-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro de dez mil euros.-----

-----**CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO (PRAÇA CENTRAL) DO PARQUE VERDE** – Presente uma informação do Vereador com o Pelouro das Finanças, Senhor Albino Januário, no seguinte teor: -----

-----“O espaço indicado é um espaço social e de lazer que não dispõe atualmente de regulamento próprio respeitante à sua cedência ou utilização. -----

-----No entanto, sou de opinião de que o local se reveste de condições excelentes para o efeito e considero que a sua envolvente, a Vila no seu todo e até o Concelho têm interesse na sua boa utilização.-----

-----O evento em perspectiva é uma das boas utilizações que o espaço pode ter, pelo que proponho que o Executivo delibere pela sua utilização gratuita para este evento e bem assim do abastecimento elétrico no local.-----

-----Quanto ao pedido de cedência do palco, também constante do pedido anexo, informo que a Câmara não dispõe deste tipo de equipamento. O palco que havia não se encontra operacional.”-----

-----Deliberado concordar com a informação e ceder a utilização gratuita do espaço solicitado para o evento proposto, bem como o abastecimento elétrico no local.-----

-----**CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO “BAR/RESTAURANTE DAS PISCINAS MUNICIPAIS E DO BAR DE APOIO ÀS PISCINAS EXTERIORES”** – Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara a propor a conveniência da concessão do espaço público para Exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais. -----

-----Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade.-----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Ata em Minuta no final da Reunião.-----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou

encerrada a reunião, pelas dezoito horas, da qual para constar, se lavrou a presente Ata. -----
